Norminha

CLIQUE AQUI E ACESSE A RÁDIO SESMT 1

CLIQUE AQUI E ACESSE AS NORMAS REGULAMENTADORAS

Revista Digital Semanal - Desde 18/08/2009 - Distribuição Gratuita - Ano 18 - Edição: 0909 - 05/11/2026 - 13 Páginas

Responsável: Maioli, WC (Comendador de Honra da SST e Professor Honoris Causa) Mte 51/09860-8 - contato@norminha.net.br - Whats (18) 99765-2705



DESTAQUE

Os 10 novos Comendadores da Comenda de Honra ao Mérito de SST 2026 foram reconhecidos pela ANIMASEG em solenidade em São Paulo, abrangendo profissionais de enfermagem, engenharia, ergonomia, fonoaudiologia, gestão empresarial, higiene ocupacional, medicina do trabalho, pesquisa e técnica de segurança. Foi entregue também, o Prêmio Melhores Empresas em SST 2026. Páginas 12 e 13/13

CONECTADAY 2026
7 de novembro em Presidente Prudente/SP
https://conectasst.com/conectaday

Protagonistas da Segurança 2026
28 de novembro em Londrina/PR
https://protagonistasdaseguranca.com.br/

O 28º CONEST – Congresso Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho será em Salvador/BA

Norminha 909, 05/11/2026

O 28º CONEST (Congresso Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho) tem como objetivo geral promover a integração, a atualização técnico-científica e o fortalecimento profissional dos especialistas em Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no Brasil, com ênfase na realidade e nas demandas da região da Bahia.

Por meio do intercâmbio de conhecimentos e experiências entre profissionais associados, conselhos regionais e nacionais, entidades representativas, academia e iniciativa privada, o congresso busca consolidar um espaço de diálogo multidisciplinar e colaborativo.

Além disso, o evento visa orientar, valorizar e capacitar os profissionais da área por meio de uma programação diversificada, que inclui palestras com especialistas renomados, painéis temáticos, debates interativos e minicursos práticos, estimulando a atualização contínua e a aplicação de soluções inovadoras na prevenção de acidentes e na promoção da saúde do trabalhador.

Saiba mais e faça sua inscrição:
https://conestbrasil.com.br/

Norminha 909





O Novembro Azul 2026 de 1º a 30 de novembro de 2026, com o Dia Nacional de Combate ao Câncer de Próstata em 17 de novembro

LEIA NESTA EDIÇÃO:

O Dia em Que as Máquinas Fingirão Precisar de Nós. Página 11/13

Poluição dentro de casa expõe falhas na ventilação e na proteção à saúde Pg. 10

50 homens morreram de câncer de próstata por dia no país em 2025 Pg. 08

Sindicato dos Técnicos de SC convoca assembleia para definir nova diretoria Página 10





FISP 2026: Uma participação que marcou a trajetória da JGB

Norminha 909, 05/11/2026

A FISP 2026 foi um momento especial para a JGB. Durante os três dias de feira, tivemos a oportunidade de reencontrar clientes, estreitar relacionamentos, conhecer novas demandas do mercado e apresentar de perto as soluções que desenvolvemos para a proteção de quem trabalha.

Em sua 25ª edição, a Feira Internacional de Segurança e Proteção reuniu 900 marcas expositoras e 60.200 visitantes e profissionais de 30 países. Para a JGB, esta edição entrou para a história como a de maior movimento de visitantes em nosso estande.

Mais do que os números, fica a satisfação de compartilhar nosso trabalho, trocar experiências e mostrar o que estamos construindo em proteção, tecnologia e sustentabilidade.



Um estande que aproximou pessoas e soluções

Nosso estande foi ponto de encontro para conversas sobre os desafios da proteção no ambiente industrial, as necessidades de cada aplicação e as soluções que desenvolvemos para diferentes riscos ocupacionais.

Cada visita foi uma oportunidade de apresentar nossos produtos, ouvir o mercado e fortalecer relações que seguem muito além dos dias de feira.

A proteção em movimento

Pelo segundo ano consecutivo, a JGB realizou o desfile de EPIs em seu próprio estande, na FISP, apresentando ao público equipamentos desenvolvidos para diferentes necessidades de proteção.

Mais do que apresentar os produtos, a iniciativa permite evidenciar aspectos que vão além das especificações técnicas, como o caimento das peças, a mobilidade e o ajuste ao corpo. Em movimento, os equipamentos revelam detalhes importantes de sua construção e aplicação, aproximando o público das soluções que desenvolvemos para as diferentes realidades de trabalho.



Sustentabilidade que nasce do nosso processo

A participação da JGB® também abriu espaço para compartilhar iniciativas que dão novos destinos aos materiais do nosso processo produtivo.

Apresentamos o AduBio®, Fertilizante Orgânico desenvolvido a partir da transformação de sobras de couro e de equipamentos de proteção pós uso e nosso tecido técnico produzido com sobras da própria produção. São iniciativas que mostram como a experiência pode abrir caminhos para novas soluções, conectando proteção, reaproveitamento de materiais e responsabilidade ambiental.

Por trás de cada encontro, muitas pessoas

Uma participação como essa é construída por muitas mãos. Nossa equipe esteve presente durante os três dias, recebendo visitantes, apresentando soluções, compartilhando conhecimento e representando a JGB® em cada conversa.

Agradecemos a todos os clientes, parceiros e profissionais que



estiveram conosco e fizeram parte dessa edição. Cada encontro contribuiu para tornar essa experiência ainda mais significativa.

Vamos continuar essa conversa?

Se você conheceu alguma de nossas soluções na FISP ou deseja conversar sobre os equipamentos mais adequados aos riscos da sua operação, nossa equipe está à disposição para ajudar.

FALAR COM UM ESPECIALISTA

Norminha 909





Apresentação da Escola Prevenir Tragédias Através da Segurança Proativa (Liderança, Aprendizado e Excelência)

Norminha 909, 05/11/2026

Dia 11/11 das 19 às 20h30
Link de inscrição:
https://coestrj.lovable.app

EMENTA:

1. Mentoria e Escola Prevenir Tragédias (Segurança Proativa - ESP)
* Trilha de Capacitação da ESP
* Fragilização da Segurança
* Construção Social dos Riscos
* Segurança PCI (Proativa, Contemporânea e Impulsionadora)

2. Certificação e Prêmio Segurança Proativa (PSP - Bronze, Prata e Ouro)
* Programa de Certificação Corporativa
* Nível Bronze: Qualificação
* Nível Prata: Implementação
* Nível Ouro: Excelência

Mais informações em:
https://gestaoproativawb.blogspot.com/2026/10/apresentacao-de-tragedias-atraves-da.html

Saudações,
Prof. Eng. Washington Barbosa, DSc pela COPPE/UFRJ, com atuação profissional desde 1984 em organizações em funções de gestão e técnica

Fundador e Coordenador da Escola Prevenir Tragédias e do Laboratório de Pesquisa da Engenharia de Segurança Proativa (LaPESP)

Autor de tese de doutorado sobre Prevenção de Tragédias premiada no CREA-RJ e eleita uma das melhores teses da COPPE UFRJ

Acelere o Aprendizado, Busque a Excelência e a Continuidade da sua Organização com a Escola Prevenir Tragédias através da Segurança Proativa

Norminha 909

SCAME

SÉRIE ZENITH-P

Baterias de tomadas interbloqueadas sob medida para áreas classificadas



Montada sob medida
Várias tomadas, disjuntores de 5 ou 10 kA, botoeiras e emergência no mesmo invólucro.

Certificação mantida
Projetada e montada pela SCAME: a certificação ATEX e IECEx acompanha cada configuração.

Ideal para skids e campo
Chega pronta, testada e documentada, sem montagem na área classificada.

- Zonas 1, 2, 21 e 22 Gás e poeira
- 16 A e 32 A — até 690 V
- GRP com carbon black — Invólucro dissipativo
- IP66 e IK 7 J — Grau de proteção
- Intertravamento mecânico com seccionador
- Janela transparente e bloqueio por cadeado

Precisa de uma solução sob medida?
Envie o seu projeto: a Scame configura a bateria e cuida da certificação.

Acesse nosso portfólio
Escaneie o QR Code e acesse o:
- Catálogos
- Especificações dos produtos
- Certificações

Scame Brasil LTDA
(11) 98797-2989
scamebrasil@scamebrasil.com.br

Qualidade & Excelência Italiana



Fundacentro lança livro sobre sinais de alerta para a prevenção de acidentes de trabalho

Evento em São Paulo terá palestras sobre a metodologia, apresentação de caso piloto e debate com o público, com transmissão pelo YouTube

Norminha 909, 05/11/2026

A Fundacentro recebe, em 18 de novembro de 2026, o lançamento do livro "Sinais de Alerta: uma ferramenta sistémica, participativa e antecipatória para prevenção dos acidentes de trabalho". O evento será realizado das 8h30 às 12h30, no Centro Técnico Nacional (CTN), em São Paulo, com transmissão pelo YouTube.

O guia é uma ferramenta reúne décadas de experiência de profissionais, pesquisadores, representantes sindicais e instituições públicas nas áreas de saúde do trabalhador, investigação de acidentes, ergonomia e políticas públicas.

Aberto ao público, o encontro tem como público profissionais de segurança e saúde no trabalho (SST), servidores da Fundacentro e autoridades. A programação reúne palestras sobre as bases conceituais e as ferramentas da metodologia dos sinais de alerta, além da apresentação dos impactos e da avaliação de sua implantação em uma empresa.

Eugênio Diniz, pesquisador da Fundacentro, abordará o tema "Segurança organizacional: bases conceituais da metodologia dos sinais de alerta". Na sequência, Sandra Beltran apresentará as ferramentas dos sinais de alerta. O caso piloto será discutido por Felipe Mastrodi, supervisor de Manufatura, Lousiane Angonesi, técnica de segurança, e Gabriel Quintino, diretor sindical.

O encontro também terá debate com o público, com comentários do professor Ildeberto Muniz de Almeida, da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista – FMB USP.



A depressão que ninguém vê

Norminha 909, 05/11/2026

O sofrimento nem sempre interrompe a rotina. E nem toda pessoa que parece bem está, de fato, bem. A depressão nem sempre se manifesta em lágrimas, isolamento ou incapacidade de realizar tarefas. Às vezes, ela se esconde atrás de um sorriso, de uma agenda cheia, de responsabilidades cumpridas e de uma aparente normalidade que engana até quem convive diariamente com quem sofre.

Há pessoas que continuam trabalhando, cuidando da família, encontrando os amigos e respondendo às expectativas alheias enquanto enfrentam, silenciosamente, uma profunda desesperança. Por fora, a vida parece seguir seu curso. Por dentro, tarefas simples podem exigir um esforço imenso, o prazer perde espaço, o futuro parece sem cor e até levantar da cama pode se tornar uma batalha. A depressão é uma condição de saúde mental que precisa ser reconhecida e tratada.

O problema é que, quando o sofrimento não corresponde à imagem que construímos de uma pessoa deprimida, tendemos a não o perceber. Frases como "você tem tantos motivos para ser feliz" ou "nem parece que está deprimido" podem aumentar a culpa e o sentimento de inadequação de quem já luta para compreender o que está vivendo. A cobrança para manter a aparência de normalidade também pode levar muitas pessoas a esconder seus sentimentos, por medo do julgamento, da incompreensão ou de serem vistas como incapazes.

No ambiente de trabalho, essa realidade merece atenção especial. Profissionais competentes podem continuar entregando resultados enquanto enfrentam dificuldades de concentração, perda de energia, alterações no sono e uma sensação persistente de vazio. O desempenho preservado não significa ausência de sofrimento. Por isso, organizações que valorizam a saúde mental precisam ir além da produtividade e construir ambientes em que seja possível falar sobre dificuldades emocionais sem medo de estigma ou prejuízo profissional.

Diante de alguém que parece estar bem, espaço para uma conversa sincera pode ser o começo desse cuidado. Perguntar como a pessoa realmente está, ouvir sem julgamentos e respeitar seu tempo são atitudes simples, mas significativas. Se os sintomas persistem e comprometem o bem-estar, buscar ajuda profissional é fundamental. Psicoterapia, avaliação médica e, quando indicada, medicação podem fazer parte do tratamento.

Olhar com mais atenção, acolher sem minimizar e abandonar os julgamentos são formas de cuidado.

Norminha 909



Nova NR-10 e áreas classificadas: o que muda e por que o 5º EPEST importa para o Norte

Norminha 909, 05/11/2026

Por Loredana Aresi, SCAME

Com a nova NR-10, quem tem área classificada passa a responder por quatro coisas ao mesmo tempo: equipamento certificado e compatível com o estudo de classificação.

Permissão de Trabalho para qualquer serviço em eletricidade, treinamento complementar de 16 horas e proteção coletiva contra fontes de ignição.

Quando essa proteção falta, a norma enquadra a situação como grave e iminente risco.

No Pará, essas regras alcançam a refinaria de alumina, o terminal de gás, o porto de grãos e a usina de óleo de palma.

É por isso que o 5º EPEST, nos dias 5 e 6 de novembro, no Auditório Central do IFPA – Campus Belém, importa para toda a indústria do Norte: a poucos meses da vigência, ele reúne em Belém especialistas que participaram da revisão da norma.



Refinarias, terminais de gás e plantas de processo: onde a nova NR-10 transforma a área classificada em obrigação documentada.

O que muda com a nova NR-10

A Portaria MTE nº 737, assinada em 29 de maio e publicada no DOU em 1º de junho de 2026, dá nova redação à NR-10 pela primeira vez desde 2004. As novas regras passam a valer em junho de 2027, um ano após a publicação.

- **Gestão de riscos**: a NR-10 passa a ser norma especial, integrada ao GRO da NR-01. Choque e arco elétrico entram no inventário de riscos e no plano de ação.
- **Arco elétrico**: análise específica, distância de segurança e EPI compatível com a energia incidente, conforme o Anexo IV.
- **Projeto**: vira documento de segurança, com bloqueio, aterramento e, quando aplicável, os requisitos para áreas classificadas (item 10.4.11).
- **Permissão de Trabalho**: obrigatória em serviços não rotineiros e em trabalho em proximidade, sempre precedida de análise de risco (item 10.7.2).
- **Anexos**: glossário, zonas de risco, controlada e livre, conteúdos de treinamento e EPI mínimo contra arco.

Para quem opera com atmosferas explosivas, a mudança mais profunda está concentrada em poucos itens.

Áreas classificadas: da recomendação à obrigação rastreável

Na nova NR-10, cada equipamento em área classificada precisa "conversar" com o estudo de classificação: zona, grupo de gás ou poeira, classe de temperatura, EPL e tipo de proteção.

Para lembrar a escala: na Zona 0 a atmosfera explosiva está presente mais de 1.000 horas por ano; na Zona 1, entre 10 e 1.000; na Zona 2, menos de 10. O mesmo vale para poeiras, nas Zonas 20, 21 e 22.



Em plantas de processo, cada equipamento elétrico precisa ser compatível com a zona, o grupo e a classe de temperatura do ponto onde está instalado.

Item da nova NR-10	O que exige	Quem responde	Referência técnica
10.4.11	Projeto com os requisitos de segurança para áreas classificadas	Projetista e profissional legalmente habilitado	ABNT NBR IEC 60079-14
10.6.6.1	Proteção coletiva que previna fontes de ignição, com inspeções	Empresa	ABNT NBR IEC 60079-14 e 60079-17
10.6.6.1.1	Equipamento fabricado, importado ou reparado: certificado e selecionado conforme o estudo de classificação	Fabricante (certificação) e empresa (seleção)	ABNT NBR IEC 60079-10-1, 60079-10-2 e 60079-19; INMETRO
10.6.6.1.2	Serviço em eletricidade só com Permissão de Trabalho e análise de risco, por trabalhador autorizado	Empresa e supervisão	Capítulo 10.10 da NR-10
10.6.6.2	Proteção contra eletricidade estática	Projetista	IEC TS 60079-32-1
10.9.7 e Anexo III	Treinamento complementar de área classificada, mínimo de 16 horas	Empresa	Anexo III, item 4
10.15.5	Procedimentos, PTs, certificados dos equipamentos e inspeções documentados	Empresa e profissional habilitado	ABNT NBR IEC 60079-17
10.16.1	Falta de proteção coletiva em área classificada é grave e iminente risco	Fiscalização	—

Fontes: texto da Portaria MTE nº 737/2026 e análise de Roberval Bulgarelli em O Setor Elétrico.

O efeito prático é que a responsabilidade deixa de ficar só com quem especifica.

O fabricante responde pela certificação, inclusive das personalizações. A empresa responde pela escolha, pela Permissão de Trabalho e pela prova documental de que tudo isso foi feito.

Por que o Norte precisa deste debate

O Pará concentra alguns dos ambientes industriais em que a nova NR-10 mais pesa, e eles estão crescendo.

- **Alumina e gás natural em Barcarena**. A Hydro Alunorte é a maior refinaria de alumina do mundo fora da China e está trocando o óleo combustível pelo gás natural. Em Vila do Conde, o complexo termelétrico da Celba recebe gás natural por navio. Gás novo na planta significa novas zonas, novos estudos de classificação e novos equipamentos Ex.
- **Portos e grãos**. Os portos paraenses movimentaram 127,7 milhões de toneladas em 2025, cerca de 9% da carga portuária do país, com soja, minério de ferro e bauxita. Em silos, moegas, correias e filtros de mangas, a poeira de grãos forma as Zonas 20, 21 e 22 e gera a eletricidade estática tratada no novo item 10.6.6.2.
- **Agroindústria do dendê**. O Pará responde por mais de 90% da produção brasileira de óleo de palma, segundo a Abrapalma. São usinas no interior, longe dos grandes centros de manutenção, onde o estudo de classificação precisa entrar no projeto.

Com a chegada do gás natural a Barcarena, estações de redução, medição e distribuição trazem novas áreas classificadas para dentro das plantas

A distância é um fator à parte. Trocar um equipamento errado numa planta do interior da Amazônia custa dias de parada e logística cara. Na região, especificar certo na primeira vez vale mais do que em qualquer outro lugar do país.

O 5º EPEST: dois dias para sair com um plano

Organizado pela AEST-PA em parceria com o Grupo DPST, o 5º EPEST tem como tema "Entre Normas e Prática: Os Novos Caminhos da Segurança do Trabalho".

A participação é gratuita, com inscrição prévia. Para quem trabalha com eletricidade e áreas classificadas, estes são os momentos-chave:

05/11, 15h30: "Nova NR-10: interpretação, impactos e desafios", com Aguinaldo Bizzo e Nunziante Graciano.

05/11, 17h45: "Sistema de gestão e novas tecnologias na NR-10, NR-12 e NR-1", com Diego Tognon.

05/11, 18h30: "Processo de fiscalização e panorama no Estado do Pará", com Jomar Souza Ferreira de Lima.

06/11, 08h30: "Fatores humanos", com Daniele Paulino (Norsk Hydro).

06/11, 09h30: "Mesa: processo de atualização das Normas Regulamentadoras", Aguinaldo Bizzo, Gianfranco Pampalon, Luiz Carlos Lumbreras e Jomar Lima.

A presença de quem participou da revisão da norma, da fiscalização do Pará e de uma das maiores indústrias da região na mesma sala é rara.

É a chance de levar a dúvida concreta da sua planta e voltar com a resposta.

Onde a SCAME e a Autêntica entram

A nova NR-10 pede que a segurança esteja no equipamento instalado, e não só no procedimento escrito.

É esse o princípio do catálogo SCAME para áreas classificadas:

- **Certificação que acompanha o projeto**. A SCAME Parre tem notificação de qualidade ATEX (Diretiva 2014/34/UE) e IECEx. Os produtos têm certificação ATEX, IECEx, UKCA e INMETRO, que cobre também as personalizações feitas sob medida.
- **Proteção coletiva no ponto de conexão**. Nas tomadas interbloqueadas ADVANCE-GRP[GD], o interruptor só liga com o plugue inserido, e o plugue só sai com o circuito desligado. A chave de inserção aceita apenas os plugues da série OPTIMA-EX[GD].
- **Bloqueio verificável**. Os interruptores-seccionadores ISOLATORS-EX travam na posição desligada com cadeado, o que torna o isolamento visível para quem emite a Permissão de Trabalho.
- **Comando e emergência na zona**. As estações ZENITH-P e COMPACT-EX[GD] levam liga, desliga e parada de emergência até o ponto de trabalho.
- **Documentação em campo**. Cada produto da linha Ex sai com QR Code no corpo, que leva à ficha técnica e ao certificado vigente: a prova que o item 10.15.5 pede.



Da esquerda para a direita, em escala: tomada interbloqueada ADVANCE-GRP[GD], estação de comando ZENITH-P com parada de emergência e interruptor-seccionador ISOLATORS-EX[GD] com bloqueio por cadeado.



Bateria ZENITH-P personalizada: duas tomadas interbloqueadas, disjuntores sob janela transparente e botoeiras no mesmo invólucro, projetada e montada pela SCAME sem perder a certificação.



Aplicação real: painéis de comando ZENITH-P montados sob medida, com sinalizadores e botoeiras de partida e parada, em operação.



Estações de comando ZENITH-P instaladas ao lado de cada bomba, numa área de processo: o comando local que a nova NR-10 quer ver dentro da zona classificada.

Em Belém, quem apresenta essas soluções são duas equipes técnicas: a da SCAME e a da Au-

CONTINUA NA PÁGINA 05/13



Crônica da Semana

Claudiano Ferreira,
Técnico de Segurança do Trabalho e Gestor de Pessoas
(93) 98119-3823 - claudiotecseg@outlook.com.br

O capacete que alguém espera ver voltar

Norminha 909, 05/11/2026

Todas as manhãs, milhares de trabalhadores vestem seus uniformes, colocam seus capacetes e saem de casa para trabalhar.

Alguns saem enquanto os filhos ainda dormem. Outros recebem um abraço apressado da esposa, um beijo dos netos ou um simples "até mais tarde" de alguém que nem imagina o quanto aquelas palavras significam.

E, depois de tudo isso, começa a rotina.

O relógio marca o horário. As máquinas são ligadas. As atividades são distribuídas. As metas precisam ser cumpridas. O trabalho não pode parar.

Mas existe algo que nenhuma meta deveria nos fazer esquecer: alguém está esperando aquele trabalhador voltar para casa.

O capacete que usamos na cabeça representa muito mais do que um equipamento de proteção. Ele representa uma responsabilidade. A responsabilidade de cuidar da própria vida e de respeitar a vida de quem trabalha ao nosso lado.

Às vezes, o perigo não aparece em grandes máquinas ou em situações extraordinárias. Ele se esconde na pressa, na distração, no excesso de confiança e naquela frase tão perigosa: "Eu já fiz isso tantas vezes que sei como fazer".

É assim que pequenos descuidos podem se transformar em grandes consequências.

E, quando um acidente acontece, não é apenas o trabalhador que sofre. A família espera notícias, os colegas sentem a ausência, a liderança questiona o que poderia ter sido feito e uma rotina inteira muda de repente.

Por isso, segurança não pode ser apenas uma obrigação escrita em um procedimento. Precisa ser uma escolha renovada em cada atividade, em cada decisão e em cada atitude.

Antes de cobrar produtividade, precisamos lembrar que nenhuma produção vale mais do que uma vida. Antes de exigir velocidade, precisamos garantir condições seguras. E antes de criticar alguém por interromper uma tarefa, precisamos reconhecer a coragem de quem escolheu não correr um risco desnecessário.

Porque o verdadeiro resultado de um dia de trabalho não está somente naquilo que produzimos.

Está também na certeza de que cada pessoa poderá voltar para casa, abrir a porta e reencontrar aqueles que a amam.

Reflexão da semana: Quando você olha para um trabalhador, enxerga apenas alguém que precisa cumprir uma tarefa ou enxerga uma vida inteira que precisa voltar em segurança para casa?

Segurança do Trabalho: porque toda vida tem alguém esperando por ela.

Norminha 909

Continuação da Página 04/13

têntica, Scame Official Partner, que acompanha o cliente na especificação e na obra.

Eu estarei no IFPA nos dois dias para conversar sobre a aplicação dos novos requisitos em instalações reais.

Antes de junho de 2027

Pergunta-chave: se a nova NR-10 já estivesse em vigor hoje, cada equipamento da minha área classificada teria certificado compatível com o estudo de classificação, ponto de bloqueio verificável e documento acessível em campo?

Próximo passo: traga essa pergunta ao 5º EPEST e converse com as equipes da SCAME e da Autêntica. Se não puder ir a Belém, consulte catálogos, especificações e certificados pelo QR Code dos produtos ou fale conosco.

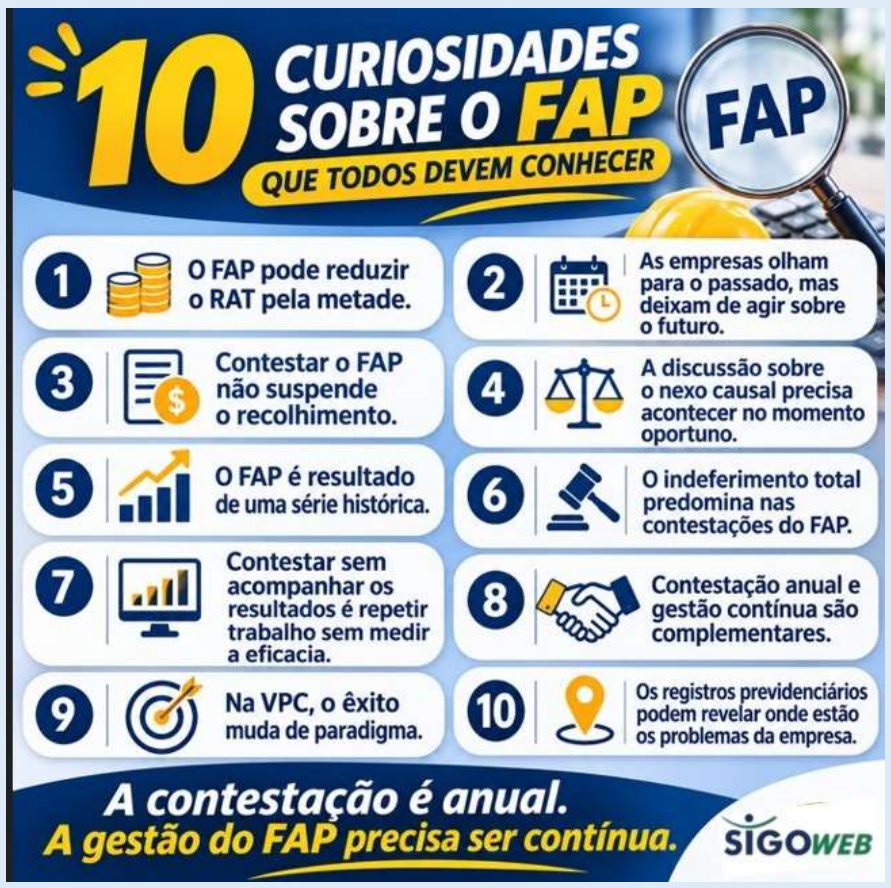
Serviço: 5º EPEST · 05 e 06 de novembro de 2026 · Auditório Central do IFPA – Campus Belém · Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco, Belém/PA · participação gratuita.

Inscrições:
even3.com.br – 5º EPEST
SCAME Brasil:
(11) 98797-2989 ·
scamebrasil@scamebrasil.com.br
www.scame.com
Autêntica, Scame Official Partner:
atendimento@autentica.com.br
www.autentica.com.br

Norminha 909



PUBLIQUE SUA EMPRESA AQUI NA NORMINHA



O FAP existe há 16 anos. Mesmo assim, muitas empresas desconhecem seu potencial — e quanto podem economizar.

Norminha 909, 05/11/2026

1. O FAP pode reduzir o RAT pela metade.

Uma empresa com RAT de 3% pode chegar a recolher 1,5%. É uma possibilidade legal pouco explorada.

2. As empresas olham para o passado, mas deixam de agir sobre o futuro.

A maioria concentra esforços na contestação do FAP, em vez de atuar sobre os fatores que determinarão os próximos índices.

3. Contestar o FAP não suspende o recolhimento.

Enquanto aguarda a decisão, a empresa continua pagando. Se vencer, poderá buscar restituição ou compensação, conforme as regras aplicáveis.

4. A discussão sobre o nexo causal precisa acontecer no momento oportuno.

Deixar para discutir o nexo somente na contestação do FAP significa perder oportunidades de atuação nos prazos adequados.

5. O FAP é resultado de uma série histórica.

Benefícios, afastamentos, nexos e outros indicadores influenciam o índice. Sua gestão exige acompanhamento contínuo.

6. O indeferimento total predomina nas contestações.

Muitas empresas insistem em discutir matérias que não podem ser revistas naquela instância. Argumentos inadequados se repetem ano após ano.

7. Contestar sem acompanhar os resultados é repetir trabalho sem medir sua eficácia.

É preciso monitorar o FAP por estabelecimento, comparar contestações e rever estratégias.

8. Contestação anual e gestão contínua são complementares.

A contestação olha para o passado. A gestão preventiva atua sobre o futuro. Uma não substitui a outra.

Essa é a proposta da **Vigilância Previdenciária Contínua** (**VPC**), desenvolvida pela SIGOWEB: agregar monitoramento, prevenção e intervenção à contestação anual.

Conteste o FAP. Mas também faça a gestão do FAP.

9. Na VPC, o êxito muda de paradigma.

Na contestação, depende do reconhecimento da Previdência. Na VPC, está vinculado ao trabalho realizado e à economia previdenciária produzida.

Um trabalho iniciado em 2027 pode gerar resultados econômicos em 2029.

10. Os registros previdenciários revelam onde estão os problemas.

A análise dos benefícios permite identificar unidades, setores e cargos que concentram afastamentos. Assim, a empresa pode direcionar ações para investigar e mitigar suas causas.

A contestação é anual. A gestão do FAP precisa ser contínua.

Norminha 909



MTE propõe definição de riscos psicossociais e integração entre NR 1 e NR 17

Norminha 909, 05/11/2026



A proposta de conciliação elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para tratar dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho prevê mudanças no texto da NR 1, com a inclusão de uma definição específica para esses fatores e o reforço da articulação com a NR 17, que trata da ergonomia. O documento está aberto a contribuições da sociedade, de entidades representativas de empregadores e de trabalhadores, por meio de uma TOMADA DE SUBSÍDIOS conduzida pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A iniciativa foi lançada em 29 de outubro, durante a 5ª Sessão Extraordinária da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), órgão da AGU. A Tomada de Subsídios nº 3/2026 receberá manifestações até 2 de dezembro de 2026. O objetivo é reunir contribuições técnicas sobre os dispositivos do Capítulo 1.5 da NR 1, relacionados ao gerenciamento dos riscos psicossociais, e sobre o anteprojeto elaborado pelo MTE.

De acordo com o auditor-fiscal do Trabalho Mauro Müller, essa consulta é apenas uma etapa preparatória para o processo de conciliação sob responsabilidade do NUSOL/STF.

Müller destaca que a equipe do governo defendeu o anteprojeto de proposta de conciliação destacando quatro premissas:

1) A plena constitucionalidade e a continuidade do gerenciamento de riscos ocupacionais que está vigente no nosso país desde 03/01/2022.

2) O gerenciamento de riscos ocupacionais é um dever dos empregadores e abrange todos os perigos e riscos a que o trabalhador esteja exposto no ambiente de trabalho.

3) Esse dever de prevenção e o GRO incluem o gerenciamento dos perigos psicossociais relacionados ao trabalho.

4) Os riscos psicossociais estão incluídos nos fatores ergonômicos e devem ser tratados por meio da AEP e da AET, conforme previsto na NR-17.

"A proposta inicial do governo inclui a possibilidade de aperfeiçoamento normativo e várias ações não normativas, destacando-se, como medida de auxílio às pequenas organizações, a proposta do MTE/SIT de disponibilizar ferramenta facultativa de apoio à realização da AEP, incluindo os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, voltada inicialmente a estabelecimentos com até 9 empregados. A proposta tem o potencial de atingir 81,52% do total de estabelecimentos do país, conforme dados da RAIS 2025", detalha.

O ANTEPROJETO apresenta alternativas para a construção de uma solução consensual nas ações que discutem as mudanças na NR 1 no Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta ainda é preliminar e não representa um texto normativo aprovado ou compromissos definitivamente assumidos pelo governo.

Definição dos fatores de risco psicossociais

Entre os pontos centrais do documento está a proposta de definir os perigos ou fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho como situações decorrentes da concepção, organização e gestão do trabalho que, isoladamente ou em combinação, tenham potencial de provocar lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores.

De acordo com o anteprojeto, a definição busca explicitar a correspondência com o conceito geral de perigo ou fator de risco ocupacional já previsto na NR 1. Também estabelece uma relação direta com a organização do trabalho, aspecto contemplado pela NR 17.

O documento considera que os riscos psicossociais possuem natureza ergonômica. Por isso, propõe que sua identificação e avaliação observem os procedimentos previstos na NR 17, incluindo a Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP), como abordagem inicial, e a Análise Ergonômica do Trabalho (AET).

Liberdade metodológica

Outro aspecto abordado na proposta é a metodologia para identificar e avaliar esses fatores. O anteprojeto não estabelece ferramentas, escalas, questionários, matrizes ou instrumentos únicos de utilização obrigatória. Também não apresenta uma lista fechada de fatores de risco psicossociais.

A intenção, segundo o documento analisado pelo JOTA, é preservar a liberdade metodológica para que empresas e setores econômicos adotem procedimentos adequados às suas características e realidades de trabalho.

O texto também sugere que a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do MTE, elabore um documento orientativo para sistematizar os elementos verificáveis relacionados às obrigações das NR 1 e NR 17. O material deverá auxiliar na identificação de situações de desconformidade e orientar a atuação dos auditores-fiscais do Trabalho.

Apoio às pequenas empresas

O anteprojeto prevê ainda o desenvolvimento de uma ferramenta de apoio à realização da Avaliação Ergonômica Preliminar, contemplando também os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho. A iniciativa seria inicialmente direcionada a estabelecimentos com até nove empregados.

Conforme os dados apresentados pelo MTE e citados pelo JOTA, o país possui 3,4 milhões de empresas desse porte, equivalentes a 81,52% do total de estabelecimentos com vínculo empregatício.

Discussão no STF

A tomada de subsídios integra as tratativas de conciliação em andamento no Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) do STF. A discussão envolve três Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs): 1.316, 1.333 e 1.340, que questionam dispositivos da NR 1 relacionados aos riscos psicossociais.

A participação da Sejan foi autorizada pelo ministro André Mendonça, relator dos processos, em decisão de 13 de outubro. Na ocasião, foi determinada a suspensão da tramitação das ações por 60 dias, período destinado à coleta e à sistematização de contribuições que subsidiarão a avaliação de possíveis providências administrativas, interpretativas ou normativas. Os resultados deverão ser apresentados ao STF.

Conforme a AGU, a iniciativa busca identificar dúvidas e ampliar a objetividade na aplicação das normas questionadas, mantendo o nível de proteção aos direitos fundamentais previstos nos dispositivos.

Após o recebimento e a análise das manifestações, as negociações com as partes envolvidas deverão ser retomadas. A tomada de subsídios, portanto, representa uma etapa de discussão e construção de eventual acordo, sem significar, neste momento, alteração aprovada na NR 1.

Assine a Revista Proteção:
https://www.lojavirtualprotecao.com.br/?_gl=1*zow2rp*_ga*ODYyNjI0NTUuMTc4Njk4NDE1MQ..*_ga_HY9QJXJHKW*czE3OTM2MzA5MzQkbzE0JGcxJHQxNzkzNjMyMzkzJGo1MSRsMCRoMA..

Norminha 909

CONECTADAY 2026
7 de novembro em Presidente Prudente/SP
https://conectasst.com/conectaday

Protagonistas da Segurança 2026
28 de novembro em Londrina/PR
https://protagonistasdaseguranca.com.br/

Tem evento? Só enviar que vamos publicar

"Café com Segurança"
@cafecomsegurancaoficial
https://www.instagram.com/cafecomsegurancaoficial?igsh=cWpkdjczMWF5NmZ5
Toda sexta-feira, 7h30 com Engª IvaBella

Plantão da Segurança
Informação/Prevenção/Proteção
Com Thiago Viana
https://www.instagram.com/reel/DfIgk0KOLD8/?obrf=OWZxdzRhbXk5azA0
https://www.youtube.com/@ThiagoViana-q6q

"Universidade A Voz do Sesmt"
Com Alfredo Luiz
Todo Sábado 8 às 9 horas
https://l.radios.com.br/r/11332
@despertarmentaleespiritual

Podcast 100% No Alvo
Com Engº Douglas Hakini
https://www.youtube.com/@podcast100porcentonoalvo

Universo SST PodCast
Com Marquinhos do Sintesp e Edson Tomás
https://www.youtube.com/@universosstpodcast

Sala Virtual ANATEST
Toda Quinta – 19 horas
Com Armando Henrique
https://www.youtube.com/@anatestoficial

Blog do Laercio Silva
https://laerciojsilva.blogspot.com/?m=0
Segurança do Trabalho;
Prevenção de Acidentes;
Notícias e Artigos Relevantes



Conhecimento técnico abre portas, competências humanas fazem você avançar

Norminha 909, 05/11/2026

Na Segurança do Trabalho, dominar normas, procedimentos e ferramentas é indispensável. Mas o verdadeiro diferencial profissional também está na capacidade de comunicar, influenciar, construir confiança e transformar conhecimento em atitudes.

Imagine dois profissionais de Segurança do Trabalho com formações semelhantes, experiência equivalente e amplo conhecimento das normas regulamentadoras. Ambos conseguem identificar riscos, elaborar documentos técnicos e recomendar medidas preventivas adequadas. Entretanto, quando precisam apresentar uma proposta à direção da empresa, conduzir uma conversa difícil com uma liderança ou mobilizar trabalhadores para uma mudança de comportamento, os resultados são completamente diferentes.

O primeiro encontra resistência constante. Suas orientações são tecnicamente corretas, mas frequentemente interpretadas como cobranças. Ele possui dificuldade para estabelecer diálogo com outras áreas e sente que precisa repetir as mesmas recomendações inúmeras vezes para conseguir algum resultado. O segundo também enfrenta obstáculos, mas consegue compreender as preocupações das pessoas, apresentar argumentos de maneira clara e construir relacionamentos que favorecem a implementação das medidas necessárias.

O que explica essa diferença?

Certamente não podemos atribuí-la a uma única característica. O contexto organizacional, o apoio da liderança, os recursos disponíveis e a maturidade dos processos influenciam profundamente a atuação profissional. Entretanto, existe uma dimensão que merece atenção: a maneira como cada pessoa utiliza suas competências humanas para transformar conhecimento em contribuição prática.

Na Segurança do Trabalho, conhecer a solução tecnicamente adequada é indispensável. Conseguir construir as condições para que essa solução seja compreendida, implementada e sustentada representa outro desafio.

É justamente nesse encontro entre conhecimento técnico e comportamento humano que encontramos algumas das maiores oportunidades de desenvolvimento profissional.

O conhecimento técnico constrói a base da credibilidade

Antes de discutir competências humanas, precisamos reconhecer uma verdade fundamental: nenhuma habilidade de comunicação, liderança ou relacionamento substitui o domínio técnico necessário para atuar em Segurança e Saúde no Trabalho.

A identificação de perigos, a avaliação de riscos, a definição de medidas de controle e a interpretação das exigências legais exigem conhecimento consistente. Um profissional pode possuir excelente capacidade de relacionamento e ainda assim comprometer a prevenção se suas recomendações não estiverem fundamentadas em critérios técnicos adequados.

Por isso, a formação e a atualização profissional continuam sendo pilares indispensáveis. Conhecer as normas regulamentadoras, compreender os processos produtivos, interpretar informações e acompanhar mudanças relevantes permite que o profissional tome decisões mais responsáveis e ofereça orientações fundamentadas.

Entretanto, existe uma diferença entre possuir conhecimento e conseguir utilizá-lo de maneira eficaz nas relações profissionais. Uma recomendação pode estar tecnicamente correta e, ainda assim, encontrar dificuldades para ser compreendida por quem precisa tomar uma decisão. Um procedimento pode apresentar todos os requisitos necessários, mas não produzir os resultados esperados quando sua aplicação desconsidera as condições reais da atividade.

Isso não significa que o conhecimento técnico perdeu importância. Significa que sua efetividade depende também da maneira como ele é conectado às pessoas, aos processos e à realidade organizacional.

O profissional que compreende essa relação deixa de enxergar o desenvolvimento humano como algo secundário e passa a reconhecê-lo como uma extensão necessária de sua competência técnica.

Saber muito não significa conseguir comunicar bem

Uma das situações mais frequentes no ambiente profissional acontece quando alguém domina profundamente determinado assunto, mas encontra dificuldades para explicá-lo de maneira acessível.



Na Segurança do Trabalho, isso pode acontecer durante treinamentos, reuniões com gestores, apresentações de indicadores ou orientações realizadas diretamente na operação. O profissional utiliza expressões técnicas, cita dispositivos normativos e apresenta informações corretas, mas nem sempre considera o repertório, as preocupações e as necessidades de quem está ouvindo.

O resultado pode ser uma comunicação formalmente adequada, porém pouco efetiva.

Comunicar bem não significa simplificar excessivamente assuntos complexos ou abandonar a precisão técnica. Significa organizar o conhecimento de modo que ele possa ser compreendido e utilizado pelo público ao qual se destina.

Uma conversa com trabalhadores durante uma atividade operacional exige uma abordagem diferente daquela utilizada para apresentar investimentos à diretoria. Da mesma forma, orientar um profissional recém-contratado demanda cuidados distintos daqueles necessários em uma discussão com especialistas experientes.

Em todos esses contextos, o conteúdo técnico precisa permanecer correto. O que muda é a maneira de construir a mensagem, apresentar evidências, contextualizar consequências e verificar a compreensão.

Profissionais que desenvolvem essa capacidade conseguem reduzir distâncias entre aquilo que sabem e aquilo que as outras pessoas precisam compreender. Eles percebem que a comunicação não termina quando uma informação é transmitida, mas quando existe entendimento suficiente para orientar decisões e comportamentos.

Essa é uma competência que pode ser desenvolvida por meio de estudo, prática, observação e disposição para receber feedback. E seu impacto ultrapassa a qualidade das apresentações: ela influencia diretamente a capacidade de transformar orientações em ações preventivas.

Inteligência emocional não é esconder emoções. É aprender a lidar com elas!

O cotidiano da Segurança do Trabalho envolve situações que exigem equilíbrio emocional. Existem cobranças, conflitos de prioridade, resistências, pressão por resultados e momentos em que decisões precisam ser tomadas diante de riscos relevantes.

Nesse ambiente, a capacidade de reconhecer e administrar as próprias reações pode fazer uma diferença significativa na qualidade das relações profissionais.

Considere um Técnico de Segurança que identifica um comportamento inadequado e precisa orientar um trabalhador. Se a abordagem começa com irritação, exposição pública ou julgamento precipitado, a conversa pode rapidamente se transformar em confronto. Mesmo quando a orientação é necessária, a forma como ela é apresentada influencia a disposição da outra pessoa para ouvir e compreender.

Isso não significa que o profissional deva evitar conversas difíceis ou deixar de agir com firmeza. Em determinadas situações, interromper imediatamente uma atividade e estabelecer limites claros é indispensável. A inteligência emocional contribui justamente para que essa firmeza seja exercida com discernimento, sem transformar uma correção necessária em um conflito desnecessário.

Também é importante reconhecer que desenvolver inteligência emocional não significa permanecer calmo em todas as circunstâncias ou fingir que dificuldades não afetam o profissional. Trata-se de ampliar a consciência sobre as próprias emoções, compreender como elas influenciam decisões e desenvolver maneiras mais adequadas de responder às situações.

Um profissional que consegue identificar quando está reagindo impulsivamente possui melhores condições de escolher uma abordagem produtiva. Da mesma forma, aquele que percebe sinais de preocupação, resistência ou insegurança em outras pessoas pode adaptar sua comunicação sem abrir mão dos requisitos de prevenção.

Essa competência fortalece a atuação técnica porque ajuda a preservar a qualidade das decisões mesmo quando o ambiente apresenta pressão e complexidade.

A escuta é uma das ferramentas mais subestimadas da prevenção

Profissionais de Segurança do Trabalho são frequentemente preparados para orientar, explicar, corrigir e apresentar soluções. Entretanto, uma parte importante de sua capacidade de atuação depende de algo que nem sempre recebe a mesma atenção: saber ouvir.

Escutar não significa concordar automaticamente com aquilo que alguém diz. Significa procurar compreender informações, experiências e percepções antes de formular uma conclusão.

Imagine um trabalhador que afirma encontrar dificuldades para cumprir determinado procedimento. Uma reação imediata poderia ser reforçar a obrigatoriedade da regra e adverti-lo sobre as consequências do descumprimento. Embora a exigência de segurança permaneça válida, essa resposta isolada pode deixar de revelar informações importantes.

Talvez o procedimento não corresponda completamente à realidade da atividade. Talvez os recursos necessários não estejam disponíveis nas condições previstas. Pode existir uma dificuldade de compreensão, uma incompatibilidade operacional ou uma prática informal que se tornou comum entre os trabalhadores.

CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS

Norminha 909



50 homens morreram de câncer de próstata por dia no país em 2025

Norminha 909, 05/11/2026



Cerca de 18,5 mil homens morreram no Brasil em 2025 vítimas do câncer de próstata. Isso equivale a 50 mortes por dia, segundo dados do Ministério da Saúde, divulgados pela Sociedade Brasileira de Urologia (SBU).

De acordo com a SBU, de 2017 a setembro deste ano, foram registradas mais de 160 mil mortes pela doença. E há uma tendência de alta. O número de óbitos em 2025, é 20% maior do que há dez anos (15,4 mil óbitos).

Neste ano, a previsão é de que mais de 77 mil novos casos do agravo sejam diagnosticados no país, fazendo com que esse seja o tipo de câncer mais comum entre os homens.

De acordo com a SBU, quando diagnosticada na fase inicial, a doença tem 90% de chances de cura. O problema é que, nessa fase, o paciente ainda não consegue perceber os sinais do câncer.

Apenas quando o tumor está em estágios mais avançados, costumam surgir sintomas como presença de sangue na urina ou no sêmen, aumento da frequência urinária, fluxo urinário fraco ou interrupções ao urinar, disfunção erétil e dores nos ossos.

"Uma doença silenciosa em suas fases iniciais, como é o câncer de próstata, que oferece nessa fase inicial 90% de chance de cura, ela precisa ser procurada e rastreada, pois esperar que os sintomas apareçam pode levar a uma perda da chance de cura. Esperar sentir dor ou ter dificuldade para urinar significa muitas vezes chegar tarde demais ao diagnóstico", alerta o presidente da SBU, Roni Carvalho Fernandes.

Campanha

Neste mês, a SBU realiza a campanha Novembro Azul, que busca conscientizar a população masculina para os riscos desse tipo de tumor, o qual afeta a glândula responsável por produzir o líquido do sêmen que nutre e protege os espermatozoides.

"O homem brasileiro, historicamente, se cuida menos do que a mulher. E essa campanha é uma chance para que este homem assuma o protagonismo da sua própria saúde e passe a entender que prevenção e diagnóstico precoce também é uma atitude de homem", explica.

Segundo ele, a SBU tem notado uma preocupação maior do homem com a saúde de seu aparelho urológico e reprodutor, nas últimas duas décadas.

"É uma mudança cultural importante. O homem, que antes nem queria ouvir falar de ir ao urologista, agora busca informações e agenda suas consultas com mais naturalidade. No entanto, o desafio continua gigante", destaca.

A investigação é feita com dois exames de rotina: medição do nível de PSA (antígeno prostático específico) no plasma sanguíneo e avaliação do tamanho, forma e textura da próstata, através do exame de toque retal. O diagnóstico é feito por biópsia caso haja suspeita de tumor.

A recomendação da SBU é que homens a partir de 50 anos procurem um urologista para uma avaliação individualizada. Para pessoas com histórico familiar da doença, para negros e para obesos, a recomendação é começar com o rastreio aos 45 anos.

Novidades no tratamento

Em 2026, de acordo com a SBU, a cirurgia da próstata assistida por robô foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou a realização de ultrassom focado de alta intensidade (HIFU) e crioblação.

O HIFU é um método pouco invasivo, que direciona ondas de ultrassom para o local exato do tumor. A grande quantidade de energia focada no ponto resulta na destruição do tecido canceroso.

Já a crioblação é feita através de agulhas muito finais que são inseridas no local do tumor e injetam um gás congelante, o que provoca a morte das células tumorais.

Omaringa

Norminha 909





SST em 2050 e o preço de não prevenir

Norminha 909, 05/11/2026

Hoje, quando falamos em acidentes de trabalho no Brasil, os números ainda impressionam. Em 2025 foram registrados 806.011 acidentes de trabalho e 3.644 mortes, segundo estudo divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Foi o maior número da série histórica analisada.

Mas existe uma pergunta que vale mais do que o próprio número.

Como estaremos em 2050?

Serão mais acidentes ou menos?

Não é possível afirmar hoje qual será o número exato. O que podemos fazer é olhar para as tendências. E elas mostram duas forças acontecendo ao mesmo tempo. De um lado, teremos mais automação, robótica, inteligência artificial, sensores, sistemas preditivos e tecnologias capazes de retirar pessoas de atividades perigosas. De outro, teremos novos riscos, mudanças climáticas, envelhecimento da força de trabalho, novas formas de organização do trabalho e riscos psicossociais cada vez mais presentes.

Por isso, talvez o futuro não seja simplesmente uma questão de ter mais tecnologia.

Será uma questão de usar melhor a tecnologia para eliminar exposições.

Existe ainda outra conta que merece atenção. Entre 2012 e 2024, o Brasil registrou aproximadamente 8,8 milhões de acidentes de trabalho e 32 mil mortes entre trabalhadores com vínculo formal, segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, coordenado pelo MPT e pela OIT.

E acidente não custa apenas o atendimento médico ou o benefício previdenciário.

Existe o tempo perdido, a interrupção da produção, o treinamento de substitutos, os danos materiais, os processos, os impactos familiares e, principalmente, aquilo que não cabe facilmente em uma planilha: a vida e a capacidade de trabalho de uma pessoa.

A Organização Internacional do Trabalho estima que acidentes e doenças relacionadas ao trabalho representem uma perda equivalente a cerca de 4% do PIB mundial por ano. No Brasil, uma estimativa divulgada pelas Nações Unidas em 2025, aplicando essa referência ao PIB de 2024, chegou a aproximadamente R$ 468 bilhões por ano. É uma estimativa econômica ampla, não uma conta exclusiva de acidentes registrados.

Agora imagine chegar a 2050 mantendo a mesma lógica de prevenção que utilizamos hoje.

Talvez tenhamos sistemas mais modernos, dashboards mais bonitos e inteligência artificial analisando milhões de informações. Mas, se continuarmos esperando o acidente acontecer para descobrir que havia um problema, teremos apenas digitalizado uma SST reativa.

O futuro pode ser diferente.

Sensores podem identificar condições perigosas antes que o trabalhador seja exposto. Robôs podem assumir tarefas de alto risco. A inteligência artificial pode encontrar padrões que dificilmente seriam percebidos em uma análise convencional. Sistemas podem acompanhar a eficácia dos controles continuamente.

Mas nenhuma dessas tecnologias será suficiente se não houver uma mudança na forma de pensar.

A pergunta de 2050 não deveria ser quantos acidentes conseguimos registrar.

Deveria ser quantos conseguimos evitar.

Talvez o verdadeiro indicador de uma SST madura não seja apenas a redução dos acidentes depois que eles acontecem.

Seja a capacidade de eliminar o risco antes que ele encontre uma pessoa.

E quando chegarmos a 2050, talvez possamos olhar para trás e perceber que a maior inovação da Segurança do Trabalho não foi a inteligência artificial, o robô ou o sensor.

Foi ter aprendido, finalmente, a usar tudo isso para prevenir antes de remediar.

Clique aqui e adquira o Livro Hierarquia de Controle dos Riscos: Digital

Hierarquia de Controle dos Riscos: Físico
https://www.amazon.com.br/Hierarquia-Controle-Riscos-Orlane-Pereira/dp/6559151220

Norminha 909

Trabalhadores Profissionais

Norminha 909, 05/11/2026

A organização de trabalhadores em associações profissionais precede na Roma Antiga, onde existiam agrupamentos denominados Collegia, Colégio em latim, Collegium; também Corpus ou Sodalium, que era uma instituição do antigo sistema de associação Romano, quando os Colégios eram associações não governamentais que, no entanto, muitas vezes tinham o caráter de direito público devido às suas atribuições e, naturalmente, um membro de um Colégio era chamado Collega. Antes do surgimento e expansão de Roma, diversas civilizações antigas da bacia do Mediterrâneo e do Oriente Próximo já organizavam seus trabalhadores em associações ou corporações profissionais. Na Grécia Antiga, os trabalhadores e artesãos se organizavam de forma que influenciaram diretamente a Península Itálica, quando as Fratarias (Phratries), incialmente baseadas em laços de parentesco e religião evoluíram ao longo do tempo para incluir divisões sociais e profissionais, funcionando como núcleos de apoio mútuo e identidade cidadã. Associações privadas formadas por mercadores, marinheiros e artesãos eram conhecidos como Hetaireiai e Thiasoi que, embora tivessem um forte caráter de culto religioso, serviam para regulamentar contatos comerciais, defender interesses de classe e garantir funerais dignos aos membros. As fratarias e os clubes sociais gregos serviram de inspiração direta para a criação posterior dos Collegia Fabrorum, associações de construtores e artesãos em Roma.

Fora da bacia do Mediterrâneo, as formas mais antigas e bem documentadas de corporações comerciais nasceram na Índia, por volta de 3.800 a. C., quando os Sreni eram associações formais de artesãos, mercadores e comerciantes e tinham poder judicial próprio sobre seus membros, ditavam regras de treinamento e aprendizado, controlavam a qualidade das mercadorias e os preços locais, com tamanha força que os próprios reis da Índia antiga precisavam respeitar as leis internas estabelecidas por esse grupo.

No Antigo Egito dos Faraós, os artesãos, construtores, embalsamadores e escribas trabalhavam sob uma estrutura altamente organizada e controlada pelo Estado. Rigidamente supervisionada pelo poder real ou sacerdotal, as colônias de trabalhadores possuíam lideranças próprias, fundos de auxílio e organizavam greves quando os suprimentos estatais atrasavam, demonstrando um forte senso de identidade profissional. Como a economia era fortemente centralizada sob a figura do Faraó, essas associações funcionavam mais como extensões da administração estatal, garantindo a transmissão do ofício de pai para filho e o sustento coletivo das vilas de construtores, como a Vila de Deir el-Medina.

Como a maior potência mercantil e naval do Mediterrâneo antes da ascensão de Roma, os fenícios dependiam de grêmios altamente especializados. Metalúrgicos, construtores navais e produtores do famoso corante de púrpura de Tiro formavam corporações fechadas que guardavam segredos de produção de geração em geração. Essas associações facilitavam o comércio de longa distância e criavam redes de suporte nos portos coloniais fenícios.

Nas cidades-estado da Suméria e posteriormente na Babilônia, os artesãos eram agrupados em bairros específicos por profissão. O Código de Hamurabi (c.1750 a. C.), já trazia leis que regulavam salários mínimos, responsabilidades e taxas para diferentes profissões, como construtores, médicos e alfaiates e esse controle pressupunha a existência de grupos profissionais organizados que respondiam perante os tribunais do rei. Na Babilônia e Mesopotâmia, sob as diretrizes do Código de Hamurabi, o governo regulava o pagamento e a responsabilidade jurídica de profissionais como construtores e mestres de embarcações, indicando uma forte coesão e padronização da classe operária que pavimentou o caminho para a posterior sindicalização informal.

A mais famosa e implacável regulamentação de qualidade para a construção civil da história antiga está gravada no Código de Hamurabi, baseado na Lei de Talião: Olho por olho, quando os erros de engenharia e alvenaria eram tratados como crimes graves se resultassem em acidentes. Lei 229: se um pedreiro/construtor fizesse uma casa para um homem e a obra não fosse sólida, vindo a desabar e causar a morte do proprietário, o pedreiro era condenado à morte. Lei 230: se o desabamento matasse o filho do proprietário da casa, o filho do pedreiro seria morto. Lei 232: se a queda destruísse apenas os bens, o construtor era obrigado a reconstruir a casa inteira do próprio bolso e repor tudo o que foi destruído.

Para obras públicas, os gregos e romanos criaram sistemas de contratos que funcionavam como seguros de qualidade:

Retenção de pagamento: ao fechar o contrato de um templo ou aqueduto, o pedreiro ou mestre de obras não recebia o valor total de imediato. Uma parte expressiva do pagamento ficava retida pelo Estado e só era liberada após a obra passar por vistorias rigorosas de magistrados técnicos.

Garantia de longo prazo: em muitos casos, os construtores eram juridicamente responsáveis por qualquer rachadura ou falha estrutural que surgisse na obra por um período de até dez (10) anos após a entrega. Se algo falhasse, eles tinham que consertar usando seus próprios recursos.

No Egito Antigo, o rigor geométrico era imperativo, onde os blocos de pedra precisavam se encaixar perfeitamente sem o uso de argamassa, como em pirâmides e templos. A fiscalização ocorria em tempo real no canteiro de obras, quando os inspetores do Faraó usavam fios de prumo e ferramentas de medição calibradas com fios de linho esticados para checar o alinhamento das paredes. O teste de pigmento era feito para garantir que a superfície das pedras de encaixe estava perfeitamente plana, quando os inspetores passavam uma tinta vermelha em uma régua de teste e a esfregavam contra o bloco. Onde ficasse manchado de vermelho, significava que a pedra estava alta e o pedreiro precisava rapá-la mais até o encaixe ficar milimétrico.

De acordo com historiadores clássicos como Plutarco, a transição dessas tradições para o solo italiano se consolidou através dos etruscos e do segundo rei de Roma, Numa Pompílio, que teria oficializado os primeiros agrupamentos profissionais em Roma, como oscolégios de flautistas, sapateiros, ferreiros e tintureiros, formalizando o que já vinha ocorrendo em civilizações vizinhas mais antigas.

Alguns Colégios eram associações profissionais com estruturas semelhantes àquelas que seriam adotadas pelas corporações de ofício na idade média, esta compreendia entre os séculos V e XV. Dentre essas, podem-se estar as Collegia Opificum, associações de artesãos e as Collegia Mercatorum, associações de comerciantes.

Assim como existiam as associações religiosas, sodalitates ou socicultores; as sociedades funerárias, Collegia Funerática; associações de funcionários públicos, decuriae apparitorum.

Corporações de ofício, também conhecidas como Guildas, grêmios ou Mesteres, foram no passado, associações profissionais de artesãos e comerciante que desempenharam um papel central na organização da produção urbana durante a idade média e, essas instituições regulavam o exercício de determinados ofícios, controlando o acesso à profissões, estabelecendo padrões de qualidade e supervisionando a formação profissional por meio de um sistema hierárquico compostos por aprendizes, oficiais e mestres.

As corporações desenvolveram-se principalmente entre os séculos XI, que começara em 1 de janeiro de 1001 e terminando em 31 de dezembro de 1100 no contexto da expansão das cidades europeias, do renascimento do comércio e da progressiva transformação da economia feudal e, nas cidades medievais, essas associações não apenas organizaram a produção artesanal e comércio, mais também exerciam funções sociais, políticas e religiosas, atuando como instituições de solidariedade entre os membros e como corpos representativos do governo urbano.

As corporações desempenhavam funções de assistência social, garantindo apoio aos membros em situações de doença, invalidez ou morte, e frequentemente mantinham vínculos com confrarias religiosas dedicadas a Santos Padroeiros dos ofícios.

A organização de trabalhadores em associações profissionais possui antecedentes históricos, quando as corporações assumiram progressivamente o controle do exercício dos ofícios, estabelecendo regras para a produção, para a comercialização de bens e para a formação profissional, visto que apenas indivíduos reconhecidos pela corporação podiam exercer determinado ofício dentro dos limites urbanos, o que conferia às associações um caráter monopolístico sobrea atividade artesanal.

Essas instituições também eram responsáveis pela regulamentação das condições de trabalho, pela definição de padrões técnicos e pela supervisão da qualidade dos produtos comercializados, quando os estatutos corporativos frequentemente estabeleciam normas detalhadas sobre matérias-primas, técnicas de fabricação, preços e formas de aprendizagem, garantindo assim a reputação dos ofícios e a proteção dos consumidores.

O fortalecimento dessas instituições esteve ligado ao crescimento do comércio urbano e à especialização progressiva das atividades artesanais.

Em inúmeras cidades, cada ofício passou a organizar-se em sua própria corporação, responsável por supervisionar a formação profissional, controlar o acesso à profissão e a regular os métodos de produção.

No século XVIII, período de 1 de janeiro de 1701 e terminando no dia 31 de dezembro de 1820, conhecido como “século das luzes” ou “século da razão”, reformas liberais e a expansão da revolução industrial ocorre a transição de métodos de produção manual, manufaturada, cujo sistema de produção é ainda artesanal, porém com a divisão de trabalho mais complexa, não identificada no modo artesanal e, neste processo pode ser usado somente as mãos e não máquinas como se caracteriza a revolução industrial.

Os aprendizes eram jovens que ingressavam na profissão sob a tutela de um mestre artesão e, durante um período de formação que pode varia de dois a sete anos, aprendiam as técnicas do ofício em troca de trabalho, recebendo frequentemente, alimentação, moradia e instrução profissional. Após concluir o aprendizado, o indivíduo torna-se oficial ou companheiro, podendo trabalhar remuneradamente para um mestre. Nessa fase, o artesão adquiria experiência prática e acumulava recursos necessários para eventualmente estabelecer sua própria oficina.

O nível mais elevado da hierarquia era ocupado pelos mestres artesãos, proprietários das oficinas e responsáveis pela produção. Para alcançar essa posição, geralmente era necessário apresentar uma obra de prova, conhecida em muitas regiões como

CONBTINUA NA PÁGINA 10/13

EPSEG
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
(18) 3644-5473 - Fixo 99117-6952 - Vivo
98131-2390 - Tim 99128-9321 - Claro
CAIO CESAR CACHONI
caioepseg@terra.com.br

Poluição dentro de casa expõe falhas na ventilação e na proteção à saúde

Norminha 909, 05/11/2026



Revisão de 105 estudos de 15 países aponta emissões no preparo de alimentos, problemas no funcionamento de sistemas e lacunas regulatórias que dificultam o controle da exposição em ambientes fechados.

A qualidade do ar dentro de casa exige atenção para além da poluição das ruas. Uma revisão publicada na revista Buildings, que reúne 105 estudos de 15 países, aponta lacunas na pesquisa, na ventilação dos imóveis e na aplicação de regras de proteção. O trabalho destaca que populações urbanas passam entre 80% e 90% do tempo em ambientes fechados, o que torna a exposição nesses espaços relevante para a saúde pública. A estimativa de 6,7 milhões de mortes prematuras anuais citada nesse debate, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), corresponde aos efeitos combinados da poluição externa e doméstica, e não exclusivamente ao ar interno.

Entre as atividades domésticas analisadas, o preparo de alimentos aparece como uma fonte importante de partículas finas. Conforme a síntese apresentada no material de referência, um experimento registrou pico de 92,9 microgramas de PM2,5 por metro cúbico ao fritar na frigideira, ante 0,6 com fritadeira a ar. A diferença se refere às condições daquele ensaio e não representa uma proporção universal entre os equipamentos. Em outro levantamento, realizado em 132 residências canadenses, somente 27% dos eventos de cocção utilizaram ventilação adicional; a cozinha respondeu por cerca de 22% da exposição diária às partículas.

A existência de equipamentos, entretanto, não assegura seu desempenho. A revisão relata uma auditoria em 55 casas novas nos Estados Unidos na qual 35% dos sistemas de ventilação não atendiam aos requisitos mínimos de vazão, 46% apresentavam problemas de rotulagem e 76% dos moradores não sabiam operar os equipamentos. Esses resultados dizem respeito à amostra investigada e evidenciam a necessidade de verificar o funcionamento dos sistemas e orientar os usuários, em vez de considerar a instalação como garantia suficiente de proteção.

Na dimensão regulatória, o material informa a existência de mais de 840 limites de qualidade do ar interior em mais de 40 países, dos quais apenas cerca de um terço teria força legal. A distribuição das pesquisas também revela desigualdades: entre os trabalhos reunidos, a África aparece com um estudo de campo primário e a América Latina, com três. Essa participação reduzida limita a compreensão das condições locais e reforça a importância de produzir evidências que considerem diferentes moradias, práticas domésticas e realidades sociais.

Como encaminhamento, os autores apresentam dois instrumentos conceituais: o MGIF, que organiza lacunas em conhecimento, método, tecnologia, política e equidade, e o UIAQN, que relaciona poluentes, sistemas prediais, exposição pessoal e governança. As propostas ainda não possuem validação externa. A perspectiva apontada pela revisão é aproximar pesquisa, regulamentação e operação dos edifícios, com verificação do desempenho da ventilação e informação aos ocupantes. Para a gestão dos ambientes internos, o desafio envolve garantir que as soluções instaladas funcionem efetivamente no uso cotidiano.

Instituto Safeweb

Norminha 909

Continuação da Página 09/13

"obra prima", que demonstrasse domínio técnico do ofício e fosse aprovada pela corporação.

A transmissão do conhecimento técnico ocorria predominantemente por meio da prática e da tradição oral no interior das oficinas e, esse sistema de aprendizagem contribuía para preservar as técnicas produtivas específicas e para manter o controle corporativo sobre o acesso ao conhecimento profissional.

Apesar de seu declínio progressivo entre os séculos XVIII e XIX, as corporações de ofício deixaram um legado duradouro na organização do trabalho, principalmente no estabelecimento de normas para a produção artesanal, a formação profissional e a qualidade do produto.

Proletariado é um conceito usado para definir a classe oposta à classe capitalista, caracterizando aquele que não tem nenhum meio de vida, exceto sua força de trabalho, suas aptidões que vende para sobreviver. Diferentemente do simples trabalhador, pois este pode vender os produtos de seu trabalho ou vender o seu próprio trabalho enquanto serviço.

A organização básica das corporações era formada por: Mestre, Oficiais e Aprendizes.

Mestre era o título conferido aos trabalhadores que possuíam vasta experiência no ofício e, em geral, eles também eram os proprietários das oficinas, das ferramentas e das matérias primas usadas para fabricação dos produtos. Entre as funções do Mestre estava a transmissão de conhecimento para os aprendizes e escolha dos oficiais. Além de prestígio social que desfrutavam dentro da corporação e na sociedade como um todo, os Mestres eram economicamente gratificados, por isso o título era desejado por todos os demais membros.

Oficiais eram os trabalhadores que possuíam experiência no ofício, pois haviam absorvido conhecimento de seu respectivo Mestre e passavam parte do seu tempo pondo em prática o que havia aprendido. Eles eram financeiramente remunerados pelo trabalho desenvolvido e tinham a possibilidade de se tornar Mestres. Para isso, eles eram submetidos a um processo de seleção que envolvia o pagamento de uma taxa e a realização de provas. A posição de Oficial era intermediária à do Mestre e Aprendiz.

Aprendiz era aquele que desejava aprender o ofício executado pelos integrantes de determinada corporação e deveriam ingressar na organização na categoria de Aprendiz. Eles trabalhavam na oficina do Mestre, mas não recebiam qualquer tipo de remuneração por isso. O trabalho desenvolvido fazia parte do processo de aprendizagem, que durava até doze anos. Após esse período, eles poderiam ascender à função de Oficial.

Da mesma forma que as corporações de ofício surgiram em decorrência de transformações sociais, econômicas e políticas, esses mesmos fatores contribuíram para seu enfraquecimento.

Jorge Gomes
Comendador SST 2022

Norminha 909

Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho de SC convoca assembleia para definir nova diretoria

Norminha 909, 05/11/2026

O Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho de Santa Catarina (SINTESC-SC) realizará, no dia 17 de novembro de 2026, uma Assembleia Geral Extraordinária para dar andamento ao processo de renovação de sua diretoria. A reunião será realizada de forma online, pelo site oficial da entidade (www.sindtstsc.org.br), com primeira convocação às 19h40 e segunda convocação às 20h.

Conforme edital publicado pelo sindicato em 29 de outubro, a pauta prevê o encerramento do Processo de Saneamento Administrativo e da Diretoria Provisória, a escolha de uma Comissão Eleitoral independente e a inscrição, apresentação e homologação de chapa única.

Também estão previstas a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal por aclamação, conforme o artigo 39 do estatuto da entidade, além da posse dos eleitos.

O sindicato convoca os associados e os profissionais de Segurança do Trabalho habilitados de Santa Catarina a participarem da assembleia, destacando a importância da participação da categoria no processo de reorganização e definição de sua representação estadual.



Norminha 909



O Dia em Que as Máquinas Fingirão Precisar de Nós



Norminha 909, 05/11/2026

Se alguém dissesse, há vinte anos, que no futuro haveria gente recebendo salário para colocar uma coleira em um cão robótico de metal e dar uma volta na calçada, a resposta óbvia seria uma risada acompanhada de um conselho para procurar um médico. Pois bem, o futuro chegou com a pontualidade de sempre e sem pedir licença. Recentemente, uma startup de robótica nos Estados Unidos abriu vagas remuneradas para pessoas comuns simplesmente caminharem com quadrúpedes mecânicos pelas ruas. Claro que ninguém ali estava preocupado com necessidades fisiológicas da máquina ou com carência afetiva do silício. O objetivo imediato era pragmático, técnico e sem qualquer glamour: calibrar sensores em calçadas irregulares, testar o desgaste de articulações em asfalto quente e mapear o comportamento da máquina diante do caos urbano real, onde ciclistas cortam caminho e cachorros de verdade latem desconfiados para aquele amontoado de engrenagens.

A grande questão, contudo, não é o motivo técnico do presente, mas a semente que esse experimento planta no nosso imaginário. Quando olhamos para a velocidade com que a inteligência artificial e a robótica humanoide (e também biotecnológica) estão convergindo, é impossível não se perguntar: e se, lá na frente, essas máquinas realmente precisarem de nós para algo além de trocar a bateria? E, pior ou melhor ainda, e se nós começarmos, de certa forma, precisar dessa rotina?

Olha só, hoje a tecnologia já ensaia essa aproximação em várias frentes. Empresas como a Tesla, com o projeto Optimus, a Boston Dynamics, com a nova geração elétrica do Atlas, e a Figure AI, estão correndo contra o relógio para colocar robôs bípedes dentro de ambientes humanos. O discurso oficial fala em substituir tarefas repetitivas, pesadas ou perigosas na indústria. Mas a ambição não para nos galpões de logística. O horizonte seguinte é o ambiente doméstico.

O Japão, pioneiro nessa convivência forçada pelo envelhecimento populacional, já utiliza robôs de assistência para idosos há anos, desde um simpático robô chamado PARO — uma espécie de foca de pelúcia terapêutica com inteligência interna — até robôs cuidadores que monitoram sinais vitais, auxiliam na locomoção e oferecem diálogos programados para mitigar a solidão. No universo infantil, robôs como o Miko ou os assistentes educacionais interativos já ocupam o espaço da distração, do aprendizado e, inevitavelmente, da companhia de crianças que crescem conversando com algoritmos com a mesma naturalidade com que gerações anteriores conversavam com brinquedos inanimados.

Minha abordagem aqui é nesse ponto: onde a linha entre a utilidade e o apego começa a se misturar. Há relatos de pessoas que se envolvem emocionalmente com esses chatsGPTs, imagine só com máquinas de aparência mais amistosa?

Se considerarmos que uma máquina não adoece de surpresa, não morde por estresse e não nos abandona após uma década de vida, para uma sociedade cada da vez mais solitária, conectada a telas e desconectada de pessoas, o robô doméstico poderia se tornar o ápice da conveniência afetiva – por que não?. Ele não exige a complexidade do afeto real, que é sempre imperfeito e custoso, mas entrega uma simulação convincente o bastante para confortar o cérebro humano, mestre em projetar alma e sentimentos em qualquer coisa que tenha olhos e reaja ao seu toque.

Então, se chegarmos ao ponto em que máquinas demandem atenção humana, para que isso serviria? Talvez a atenção não seja uma exigência técnica do circuito, mas uma necessidade desenhada sob medida para justificar a nossa própria utilidade. Um robô cuidador que passa o dia zelando por um idoso pode e, em determinado momento, "pedir" para ser levado até a praça para recarregar suas placas solares ou atualizar seus sensores visuais com luz natural, poderia soar como algo perfeitamente normal e cotidiano.

Na prática, isso pode ser até bom. A máquina estaria apenas executando um protocolo programado para tirar aquele idoso do sedentarismo, obrigando-o a caminhar, tomar sol e interagir com o mundo ao redor. Ela finge precisar do humano para que o humano, sem perceber, continue cuidando de si mesmo.

Talvez, o convívio futuro com essas tecnologias não seria uma batalha apocalíptica ao estilo de ficção científica caótica, mas de repente, uma acomodação sutil, quase silenciosa, de rotinas compartilhadas. Quem sabe…



Cassio Betine:
Pós-graduado em Tecnologias da Aprendizagem, Bacharel em Artes e Desenho Industrial. Coordenador e Mentor de Negócios e Eventos. Autor de livros, artigos e produtor de conteúdos diários sobre Tecnologia, Inovação e Comportamento.

Norminha 909





PREVENIR TRAGÉDIAS

Washington Barbosa
Engenheiro de Segurança do Trabalho, Doutor e MSc em Eng de Produção, Especialista em Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Ergonomia. Servidor Público Federal da Fiocruz.
washington.fiocruz@gmail.com

Tragédia no Gabão: naufrágio da plataforma Prospect 5 deixa desaparecidos e interrompe produção

Norminha 909, 05/11/2026



Na noite de sábado, 24 de outubro de 2026, às 20h37 (horário local), a plataforma autoelevatória Prospect 5, de propriedade e operada pela Borr Drilling, afundou na licença marítima Dussafu Marine, ao largo de Mayumba, no sul do Gabão. A unidade, construída em 2014, realizava operações de elevação das pernas e de pré-carga para uma campanha de perfuração contratada pela BW Energy e ainda não havia iniciado a perfuração. Segundo informação preliminar da Borr Drilling, ocorreu um punch-through, fenômeno em que uma das pernas penetra de forma inesperada no leito marinho, o que causou perda de estabilidade e o afundamento da sonda. A causa definitiva ainda será apurada pela investigação técnica determinada pelo Ministério do Petróleo e Gás do Gabão.

Havia 115 pessoas a bordo no momento do acidente, e 110 foram localizadas em segurança. Cinco permaneciam sem localização no balanço oficial do ministério e das empresas, e as buscas continuam, com a Marinha gabonesa, as equipes de emergência das empresas e uma unidade de crise ativada pelo governo. Um representante sindical informou que um dos cinco, de nacionalidade indiana, foi encontrado morto, mas a morte não foi confirmada oficialmente. Relatos da imprensa local, ainda não confirmados e contraditórios entre si, falam em três resgatados com vida e em três corpos encontrados. Por isso os números são preliminares, e podem mudar.

Mais informações em:
https://youtube.com/shorts/YMfoAYrcjQc?is=f_ZBc4pDYbjNgl8s

É necessário desenvolver estudos aprofundados sobre grandes acidentes/tragédias, descobri que existem poucas pesquisas de destaque nesta área, no Brasil e mundo.

É importante compreender como ocorre a Construção Social dos Riscos e congregar as contribuições da Engenharia, da Sociologia e da Psicologia sobre este tema, mais em:
https://gestaoproativawb.blogspot.com/2026/08/introducao-da-mentoria-de-washington_01162087586.html

Validação internacional pelo Phd Marko Solimaqui:
https://youtu.be/K-COzEauiBY?is=WfX7R8NDtqjzw6pq

E-mail para contato:
washington.fiocruz@gmail.com

Saudações,
Prof. Eng. Washington Barbosa, DSc pela COPPE/UFRJ, com atuação profissional desde 1984 em organizações em funções de gestão e técnica

Fundador e Coordenador da Escola Prevenir Tragédias e do Laboratório de Pesquisa da Engenharia de Segurança Proativa (LaPESP)

Autor de tese de doutorado sobre Prevenção de Tragédias premiada no CREA-RJ e eleita uma das melhores teses da COPPE UFRJ

Acelere o Aprendizado, Busque a Excelência e a Continuidade da sua Organização com a Escola Prevenir Tragédias através da Segurança Proativa

Norminha 909





Animaseg homenageia profissionais e empresas por boas práticas em SST

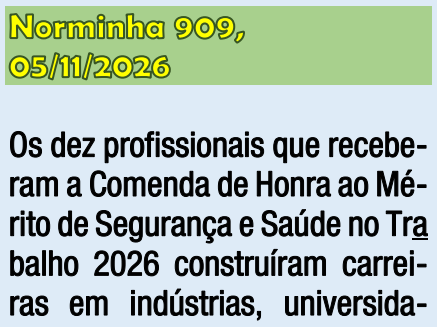
A cerimônia da Comenda de Honra ao Mérito de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e do Prêmio Melhores Empresas em SST 2026 foi realizada na noite de ontem, 28 de outubro, no Hotel Meliá Paulista, em São Paulo/SP. Promovidos pela Animaseg (Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho), os reconhecimentos homenagearam dez profissionais com trajetória dedicada à área prevencionista e sete empresas que se destacam pelas iniciativas de prevenção de acidentes e promoção da saúde dos trabalhadores.

Norminha 909, 05/11/2026

Os dez profissionais que receberam a Comenda de Honra ao Mérito de Segurança e Saúde no Trabalho 2026 construíram carreiras em indústrias, universidades, instituições de pesquisa e entidades técnicas, entre outras áreas. Suas trajetórias mostram como diferentes setores de atuação contribuíram para aprimorar as condições de saúde e segurança dos trabalhadores no Brasil.

Criada em 2008, a Comenda reconhece profissionais com mais de 30 anos de dedicação à SST e contribuições relevantes para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. As indicações são feitas por entidades representativas, e a escolha cabe à Comissão de Comendadores.

Conheça os homenageados



Ana Dirce Cornetti Reis
Enfermeira do Trabalho

Na Petrobras, onde trabalhou durante 31 anos, Ana Dirce coordenou programas de promoção da saúde, qualidade de vida, ergonomia e atendimento a emergências. Participou da elaboração de mais de 50 procedimentos técnico-operacionais de saúde ocupacional e realizou ou coordenou mais de 300 análises ergonômicas, incluindo atividades em plataformas marítimas. Com mais de 40 anos de experiência, também atua na formação de profissionais, como professora e consultora no Brasil e no exterior.



Antonio Carlos Silva dos Santos
Engenheiro de Segurança do Trabalho

Perícias, normalização técnica e formação profissional são frentes de atuação de Antonio Carlos. Consultor em Engenharia de Segurança do Trabalho desde 1995, participa de comissão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionada à gestão de segurança e saúde no trabalho. Professor de pós-graduação, também contribui para a organização de congressos técnicos e atuou como conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP). Em 2025, recebeu o Diploma do Mérito do Conselho.



Hudson de Araújo Couto
Ergonomista do Trabalho

Autor de diversas obras técnicas sobre prevenção de lesões, organização do trabalho e gestão ergonômica, Hudson Couto atua como consultor de empresas desde 1987. Entre 2006 e 2025, coordenou a pós-graduação em Medicina do Trabalho da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, contribuindo para a formação de especialistas. Também foi diretor científico da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt) e, em 2024, recebeu a láurea Palmas Acadêmicas da Academia Mineira de Medicina.



Luciana Bramatti
Fonoaudióloga do Trabalho

A prevenção da perda auditiva entre trabalhadores é o principal campo de atuação de Luciana Bramatti, que desde 1996 trabalha na implantação de Programas de Conservação Auditiva e em perícias de Audiologia Ocupacional. Sua produção científica inclui pesquisas sobre ações educativas para prevenção de perdas auditivas e a aplicação do programa Dangerous Decibels Brasil entre trabalhadores expostos ao ruído. Também atua na formação de fonoaudiólogos, como professora de graduação e pós-graduação.





Vicente Tadeu Antunes
Gestor Empresarial/Distribuidor

Pioneiro na comercialização de equipamentos de proteção individual (EPIs) no Brasil, Vicente Tadeu trabalhou durante 17 anos na 3M antes de fundar, em 1989, sua própria distribuidora, atualmente denominada SOVAN EPIs. Sua trajetória de aproximadamente 45 anos no setor inclui treinamentos, palestras e eventos técnicos voltados à disseminação do conhecimento sobre proteção no trabalho. Também participou de entidades profissionais e desenvolveu iniciativas sociais e filantrópicas.



Rogério Luiz Balbinot
Gestor Empresarial – Produtor

A experiência em perícias e consultoria levou Rogério Balbinot a atuar também no desenvolvimento de tecnologias para a gestão de segurança e saúde no trabalho. À frente da RSData desde 2003, desenvolveu soluções informatizadas para facilitar as atividades dos profissionais da área. Desde 2014, participa de grupos de trabalho do eSocial, contribuindo para a construção dos eventos de SST do sistema. Engenheiro civil e de segurança do trabalho, também elaborou mais de 5 mil laudos periciais e atua no ensino técnico e de pós-graduação.



José Pedro Dias Junior
Higienista Ocupacional

Membro fundador da Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais (ABHO), José Pedro participou da implantação de programas de Higiene Ocupacional, Ergonomia, Toxicologia, Proteção Radiológica e Segurança de Processos em empresas no Brasil e na América Latina. Ao longo de 37 anos de experiência, integrou a diretoria da ABHO por três gestões e atuou na formação de profissionais. Em 2024, foi nomeado examinador internacional da British Occupational Hygiene Society (BOHS), entidade britânica da área de Higiene Ocupacional.



José Cincurá Siqueira Santos
Médico do Trabalho

A atuação em empresas, consultorias e clínicas de Medicina do Trabalho no Brasil e no exterior marca a carreira de José Cincurá. Sua experiência de mais de 35 anos reúne gestão da saúde ocupacional, ergonomia e prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. Como diretor científico da Anamt, contribuiu para o desenvolvimento técnico e científico da especialidade. Também participou da organização de congressos e cursos e da produção de livros e artigos técnicos.



Solange Regina Schaffer
Pesquisadora em SST

Pesquisas sobre a exposição ocupacional a campos eletromagnéticos de alta frequência, especialmente na telefonia celular, estão entre as contribuições de Solange Schaffer à prevenção de

CONTINUA NA PÁGINA 13/13



Prêmio Melhores Empresas em SST 2026 reconhece hoje iniciativas de prevenção e inovação

As empresas homenageadas são Hospital Márcio Cunha, Engeform Engenharia, Hyundai Motor Brasil, ArcelorMittal Brasil, Ultracargo, Conecta Empreendimentos e YKK do Brasil.

Norminha 909, 05/11/2026



A ANIMASEG reuniu no último dia 28 de outubro, em São Paulo, representantes de sete empresas homenageadas para a entrega do **Prêmio Melhores Empresas em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) 2026**, além de entidades e profissionais do setor. A cerimônia foi realizada no Hotel Meliá Paulista, com coquetel seguido de jantar.

A entrega do Prêmio integra a cerimônia da Comenda de Honra ao Mérito de Segurança e Saúde no Trabalho, que também homenageou 10 profissionais por suas contribuições ao desenvolvimento da área.

A premiação reconhece organizações de diferentes setores da economia que se destacam pela gestão da segurança, prevenção de acidentes e proteção à saúde dos trabalhadores.

Entre as iniciativas apresentadas nesta edição estão o uso de robôs para reduzir a exposição a riscos, a aplicação de inteligência artificial na identificação de situações perigosas e programas de prevenção que mobilizam milhares de trabalhadores.

A seleção considera a existência de políticas de SST apoiadas pela alta administração, o desempenho demonstrado por indicadores e a ausência de acidentes fatais ou com incapacidade permanente no ano anterior à premiação.

Conheça as empresas homenageadas e as iniciativas que se destacaram



Hospital Márcio Cunha
Categoria Hospitalar

O cuidado com a saúde física e mental dos profissionais é um dos destaques da gestão de SST do Hospital Márcio Cunha, em Ipatinga (MG). Os programas Escutar, Cuidar e Superar oferecem apoio psicológico, acompanhamento de doenças crônicas e atenção às condições musculoesqueléticas. Somente em 2025, foram realizados 653 acolhimentos psicológicos. A instituição também investe em ergonomia, biossegurança e preparação para emergências.



Engeform Engenharia
Categoria Construção Civil

A participação dos trabalhadores na identificação de riscos é uma das estratégias de prevenção da Engeform Engenharia. O programa Olhar Seguro reuniu 3.082 observações em 15 obras até julho de 2026, enquanto o Anjo da Guarda prepara profissionais para orientar colegas e apoiar a integração de novos trabalhadores.



Hyundai Motor Brasil
Categoria Automobilística e Autopeças

Na Hyundai Motor Brasil, a gestão de segurança combina prevenção de riscos, ergonomia e promoção da saúde, com participação da alta direção no acompanhamento dos indicadores e nas inspeções.



ArcelorMittal Brasil
Categoria Metalúrgica

A formação de trabalhadores e lideranças está no centro da estratégia de prevenção da ArcelorMittal Brasil. Por meio do programa Take Care, a empresa busca incorporar comportamentos seguros às atividades cotidianas, estimulando a responsabilidade individual e coletiva.



Ultracargo
Categoria Petroquímica

A adoção de soluções tecnológicas para reduzir a exposição dos trabalhadores a atividades perigosas está entre os avanços apresentados pela Ultracargo.



Conecta Empreendimentos
Categoria Serviços

A inteligência artificial passou a integrar o monitoramento de riscos nas operações da Conecta Empreendimentos. Desenvolvida para analisar filmagens das equipes, a ferramenta SOFIA verifica procedimentos, uso de EPIs e possíveis situações perigosas. Segundo a empresa, a tecnologia consegue processar, em seis segundos, a gravação de um dia de trabalho de uma equipe.



YKK do Brasil
Categoria Têxtil

Fabricante de zíperes e aviamentos, a YKK do Brasil desenvolve programas que incentivam os trabalhadores a identificar riscos e participar das ações preventivas. Desde abril de 2021, o programa Reporte contabilizou mais de duas mil comunicações de situações de risco, com 89% das ações finalizadas.

Norminha 909

riscos no trabalho. Pesquisadora da Fundacentro há mais de 38 anos, integrou a Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo e assessorou a elaboração da legislação brasileira sobre limites de exposição humana a esses campos. Sua trajetória também inclui estudos e projetos sobre proteção de jovens aprendizes, prevenção de acidentes e enfrentamento da violência e do assédio no trabalho.



Paulino Gama Grigório da Silva
Técnico de Segurança do Trabalho

A reestruturação da NR-6, que regulamenta os equipamentos de proteção individual, contou com a participação de Paulino Gama. Sua trajetória de 30 anos reúne experiência em gestão de riscos, implantação de normas, auditorias e formação de profissionais de segurança do trabalho. Professor, consultor e instrutor, também atua na representação da categoria como diretor do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo (Sintesp) e do Conselho Regional dos Técnicos de Segurança do Trabalho (Coretest).

COMO ACESSAR AS EDIÇÕES DE NORMINHA?

NOSSO NOVO SITE:
www.norminha.net.br

NO GRUPO DE WHATS "NORMINHA GRATUITO":
https://chat.whatsapp.com/EIr44iiPgKFJF04XZhDSSO

NO CANAL DO TELEGRAM:
https://t.me/norma2009

INSTAGRAM, SIGA-NOS:
https://www.instagram.com/revista_norminha/

OU ADICIONE NOSSO WHATS (18) 99765-2705 NO SEU GRUPO QUE IREMOS POSTAR AS EDIÇÕES SEMANALMENTE.

Ou receba no seu e-mail, basta pedir no:
contato@norminha.net.br

Revista Norminha:
Nossa Missão pessoal/profissional;
Nosso Dízimo do Conhecimento!
Desde 18 de Agosto de 2009.
52 semanas por ano; 52 edições por ano!

Maioli
Comendador de Honra da SST
Professor Honoris Causa